

RELATÓRIO ANUAL

ANO 2016



Natal-RN
maio/2017

1. DADOS DA ENTIDADE:

NOME DA ENTIDADE:

Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários – SEAPAC

CNPJ:

70.035.209/0001-76

ENDEREÇO DO ESCRITÓRIO ESTADUAL:

Rua da Conceição, 615 – 1º andar – Cidade Alta – Natal-RN – CEP: 59.025-270

ENDEREÇO DOS ESCRITÓRIOS/NÚCLEOS:

Território do Seridó: em Caicó - Centro Pastoral Dom Wagner, Rua Dom Manoel Tavares, nº 19, bairro Paraíba, Caicó/RN – CEP: 59.300-000

Território do Trairi: Rua Cosme Ferreira Marques, nº 188 – Centro – Santa Cruz-RN
CEP: 59.200-000

Território do Alto-Oeste: Rua Cel. Moreira, S/N – Centro - São Miguel – RN
CEP: 59920-000 (endereço provisório)

2. QUEM SOMOS:

O Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários – SEAPAC, é um organismo de ação social da igreja católica no estado do Rio Grande do Norte, criado em 13 de abril de 1993, cuja missão é contribuir para que setores populacionais que vivem em situação de vulnerabilidade social, no campo e na cidade, sejam protagonistas na proposição, conquista e acesso de direitos e políticas públicas, investindo na organização e articulação da sociedade civil, no diálogo com o Estado e na construção de amplas parcerias, implementando processos educativos e socioambientais, na perspectiva de uma sociedade solidária, democrática, justa e sustentável.

Com sede referenciada em Natal, o SEAPAC abrange todo o estado do Rio Grande do Norte, podendo, também, atuar em todo o território nacional. Em 2016 suas ações foram mais presentes em três territórios do Estado: Seridó, Trairi e Alto-Oeste, onde mantem uma ação mais permanente e contínua, dispondo de escritórios localizados em Caicó (Seridó), São Miguel (Alto-Oeste) e Santa Cruz (Trairi), com pessoal e infraestrutura adequadas para o desenvolvimento das ações. Os serviços prestados são preponderantemente de assessoramento, defesa e garantia de direitos (art. 2º - Resolução 191/05 – MDS), de movimentos, grupos e populações mais vulneráveis. Dentre suas ações, destacam-se o acompanhamento a famílias em situação de vulnerabilidade social, localizadas em

comunidades rurais, estimulando e promovendo o desenvolvimento integral das comunidades e a geração de renda; promoção e defesa de direitos já estabelecidos; formação política cidadã, envolvendo grupos, lideranças e movimentos populares; assessoria política, técnica, administrativa e financeira às organizações comunitárias e fóruns da sociedade civil; e a efetiva participação e incidência em espaços de discussão e deliberação de políticas públicas.

3. FINALIDADES ETATUTÁRIAS:

Os fins sociais do SEAPAC estão dispostos no Estatuto social no Capítulo II, Seção I, Artigo 3º os quais seguem discriminados abaixo:

Art.3º - São fins sociais específicos do **SEAPAC**:

I - Promover e apoiar iniciativas de defesa e garantia de direitos de populações em situação de vulnerabilidade e risco social;

II - Prestar assessoria política, técnica, administrativa e em educação financeira a movimentos e grupos populares e a organizações sociais, capacitando-os para a intervenção qualificada nos espaços de proposição, controle e efetivação das políticas públicas;

III – Intervir nos espaços de decisão e controle social das políticas públicas;

IV – Incentivar a agricultura familiar e suas organizações representativas;

V – Apoiar a produção familiar através de parcerias, assistência técnica e extensão rural, na perspectiva de gestão de conhecimento, possibilitando o acesso ao crédito e informações sobre os mercados, visando aumentar e melhorar a produção e a produtividade, a viabilização do intercâmbio de seus produtos, a preservação do meio ambiente e incentivando os produtores na conquista das políticas públicas;

VI – Apoiar iniciativas que favoreçam a segurança e soberania alimentar e nutricional;

VII – Promover a defesa, a preservação e a conservação do meio ambiente, fomentando o desenvolvimento integral sustentável das comunidades e a geração de renda;

VIII – Trabalhar pela promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia, equidade de gênero, geração, raça e etnia, e de outros valores universais;

IX – Fortalecer o desenvolvimento e a articulação de iniciativas de Economia Popular Solidária;

X – Contribuir para o desenvolvimento de estratégias de convivência com os biomas e seus ecossistemas, preservando e defendendo os Territórios dos povos e comunidades tradicionais, apoiando, desenvolvendo e executando reaplicação de tecnologias sociais de convivência com o semiárido;

XI – Promover e incentivar o uso de energias renováveis não poluentes, sob a gestão das organizações comunitárias;

XII - Fortalecer as iniciativas de convivência com o semiárido a partir da construção dos conhecimentos da agroecologia, gestão e reuso das águas e seus múltiplos usos, e educação contextualizada, na perspectiva de enfrentamento aos efeitos das mudanças climáticas, prevenção e combate à desertificação;

XIII – Trabalhar pela conservação do ambiente natural, incluindo a fauna, flora, paisagem, água, solo, ar e outros recursos naturais, com particular ênfase na manutenção e preservação dos agroecossistemas e na garantia de que a utilização de espécies ou ecossistemas seja sustentável;

XIV – Apoiar e participar de **Redes** de articulação da sociedade civil organizada e movimentos sociais que lutam em defesa e promoção de direitos, mobilizações, conquista e controle social das políticas públicas;

XV – Auxiliar e manter intercâmbio e realizar trabalhos com entidades congêneres;

XVI- Apoiar iniciativas de habitação rural popular a partir do diálogo e da dimensão cultural das famílias envolvidas;

XVII - Valorizar a dimensão da comunicação como expressão dos saberes popular e acadêmico, na perspectiva da transformação social.

§Único - O **SEAPAC** promove atividades para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, de forma continuada, permanente, planejada e gratuita, mediante a execução de atividades de assessoramento e defesa dos direitos dos beneficiários abrangidos pela Lei 8.742/1993, combinado com as Leis 12.101/2009 e 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015, em consonância com o desenvolvimento dos seus objetivos institucionais.

4. INFRAESTRUTURA:

O SEAPAC atua com infraestrutura fixa nas regiões do Seridó, Trairi e Alto-Oeste, além do escritório estadual que fica localizado na capital do estado (Natal), cujos endereços estão citados no item I deste relatório.

Conta com uma equipe técnica permanente e multidisciplinar, e uma estrutura física de móveis, equipamentos e transporte disponível para a realização de suas ações junto aos Grupos de Base.

4.1 Equipe Técnica Permanente:

Profissão	Quantidade	Carga Horária	Vínculo com a Entidade
Engenheiros Agrônomos	05	40h	Celetista
Economista	01	40h	Celetista
Assistente social	01	40h	Celetista

Advogados	02	40h	Celetista
Contabilista	01	40h	Celetista
Jornalista	01	40h	Celetista
Licenciatura em Letras	01	40h	Celetista
Administradora	01	40h	Celetista
Nível médio	03	40h	Celetista

4.2 Prestadores de Serviços – Autônomos/2016

PROFISSÃO	FUNÇÃO	QUANTIDADE
Letras	Técnicos/facilitadores	02
Engenheiro Agrônomo	Facilitador ATER	09
Assistente Social	Técnicos/facilitadores	01
Engenheiro civil	Técnicos/facilitadores	01
Administrador	Técnicos/facilitadores	01
Economista	Facilitador ATER	02
Nível Fundamental/Médio	Cozinheiro / Descarregador Material/ Cisterneiro / Aterramento	36

5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

O ano de 2016 ficou marcado pelo início de um novo Projeto Trienal, elaborado pelo SEAPAC, denominado “A arte de Conviver com o Semiárido Potiguar”, o qual compreende o período abril de 2016 a março de 2019, além de ser a referência para todos os programas, projetos e ações desenvolvidas pelo SEAPAC. No Trienal, a atuação do SEAPAC perpassa 04 linhas de ação, que se interligam entre si e definem o perfil do trabalho desenvolvido no Território Potiguar. São elas:

- a) Linha 1 - Convivência com o Semiárido;
- b) Linha 2 - Fortalecimento de Organizações e Fóruns da Sociedade Civil
- c) Linha 3 - Intervenção Direta do Seapac em Políticas Públicas e Defesa de Direitos
- d) Linha 4 – Sustentabilidade Institucional

Durante a execução do programa trienal, o Seapac realiza o processo de Planejamento, Avaliação e Monitoramento (PMA) institucional, em três momentos: no início, meio e final de cada ano. Semanalmente a equipe, em cada núcleo, se reúne para avaliar e monitorar as atividades realizadas e replanejar suas agendas para as semanas seguintes.

Nesse percurso, há o envolvimento de parceiros e de representantes dos Grupos, como forma de garantir a participação ativa nas discussões, definições e construção das propostas de trabalho a serem desenvolvidas, sempre considerando os Grupos prioritários e suas maiores necessidades, aliados à missão e aos objetivos institucionais.

O Serviço de assistência social prestado pelo SEAPAC é de ASSESSORIA, DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS aos beneficiários abrangidos pela Lei nº 8.742/1993 – LOAS, cujas ações estão interligadas à sua missão institucional, conforme descritas abaixo:

5.1 LINHA 1 – CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO:

No que se refere à linha de atuação relacionada à convivência com o semiárido o SEAPAC, durante o ano de 2016, atuou na execução de 3 projetos de implementação de tecnologias sociais de armazenamento de água, sendo o Programa Um milhão de cisternas (P1MC), o Programa Uma Terra e duas águas (P1+2), e o Programa cisternas nas escolas.

Através dos respectivos projetos, o SEAPAC executou a implementação de 147 cisternas pelo programa P1MC – água para consumo humano; 56 tecnologias de água para produção P1+2 (cisternas calçadão, barreiros trincheiras e cisternas de enxurrada); e 16 cisternas construídas em escolas rurais. As famílias, escolas e comunidades além de receberem as tecnologias sociais, passam por todo um processo educativo, para o manejo correto da água, através de cursos de capacitação em Gestão de Recursos Hídricos (GRH), Gerenciamento de água para produção de alimentos (GAPA), Sistema Simplificado de Manejo da água (SSMA), e ainda, por oficinas de educação contextualizada, específicas para a comunidade escolar. Durante o período, foram capacitadas, ao todo, 132 famílias em GRH e 56 pessoas em GAPA e SSMA; beneficiando cerca de 80 comunidades em 07 municípios (Acari, Ouro Branco, São José do Seridó, Santana do Seridó e São Vicente, Currais Novos e Cerro Corá).

No fim do ano, o Seapac implementou um experimento de reúso de águas cinzas, em uma Unidade Familiar, na comunidade Baixa Grande, município de Lagoa Nova. A tecnologia atende a duas famílias, as quais conseguem produzir em torno de 200 a 250 litros de águas cinzas, por dia, que servem para irrigar a produção de fruteiras e forragens.



Principais resultados:

- ✓ 56 famílias conquistaram seus reservatórios para captação e armazenamento de água para produção (26 cisternas calçadão, 09 barreiros trincheira, e 21 cisternas de enxurrada), possibilitando-lhes alternativas para implementar a sua produção, baseada nos princípios agroecológicos. Foram beneficiadas 09 comunidades no município de Currais Novos – região do Seridó;



- ✓ 188 pessoas beneficiadas pelas tecnologias (P1+2 e P1MC) conhecendo novas técnicas de manejo da água e dos reservatórios, preparo do solo e produção de defensivos naturais, preservação e multiplicação de sementes crioulas, manejo de animal e de produção de base agroecológica;
- ✓ 147 famílias obtiveram uma cisterna de 16 mil litros para captação de água, exclusivamente para o consumo humano, aumentando suas reservas hídricas, mesmo diante da escassez de água provocada pela seca. Foram contempladas 71 comunidades localizadas em 05 municípios do Seridó;

- ✓ Maior autonomia das famílias para a captação e armazenamento de água de qualidade para beber, mesmo durante a seca mais prolongada. As famílias beneficiárias passaram da condição de dependentes a gestoras de sua própria água;

- ✓ Lideranças comunitárias e organizações locais mobilizadas e exercendo o controle social do projeto de cisternas, por meio da formação de uma comissão municipal. O grupo



teve oportunidade e autonomia para acompanhar as atividades de construção das cisternas, em campo, e fiscalizar o cumprimento dos critérios para a seleção das famílias beneficiárias, garantindo o acesso das pessoas mais necessitadas;

- ✓ 44 escolas rurais foram contempladas com cisternas de 52 mil litros, promovendo o acúmulo de água e garantindo o desenvolvimento do ano letivo, de forma permanente, sem risco de suspensão de aulas por falta de água. Foram beneficiados 3.133 alunos de 09 municípios da região Seridó;

- ✓ A Unidade Escolar do Povoado Currais Novos – Jardim do Seridó – está sendo referência na prática pedagógica para a educação contextualizada, para outras escolas rurais, inclusive com repercussão nacional, por meio da divulgação na revista Nova Escola; a experiência da escola foi apresentada, também, durante o ENCONASA (encontro nacional da ASA), em Mossoró;
- ✓ 247 pessoas (entre professores, alunos, funcionários das escolas e poder público municipal) apropriados de conhecimentos sobre a pedagogia da educação contextualizada, exercitando novas práticas de ensino, conectada à realidade dos alunos e ao meio ambiente.



“A partir dos encontros de formação do projeto de cisternas na escola, eu fui tentando dinamizar mais minhas aulas, procurando valorizar o espaço local, enfocando os aspectos positivos existentes no meio rural. Estou levando o meu aluno a ser mais criativo e buscar soluções para conviver no espaço rural do semiárido, aproveitando as potencialidades ambientais e o saber popular. Com isso, venho percebendo que houve uma maior aproximação das famílias com a escola e uma nova compreensão por parte dos alunos das espécies nativas existentes no semiárido. Com a chegada da cisterna na escola, deixamos de comprar água. Agora temos água de boa qualidade na escola”. (depoimento da professora Marinalva – escola Antônio Galdino – Povoado Currais Novos – Jardim do Seridó).

- ✓ 906 pessoas (representantes da comunidade escolar, famílias e poder público municipal), dos municípios onde foram instaladas as cisternas nas escolas rurais, mobilizadas e sensibilizadas em torno do debate sobre o uso sustentável da água e da importância da educação contextualizada no currículo escolar.

A metodologia e o processo de formação disponibilizados pelos projetos de cisternas despertaram o debate sobre a questão do reúso de águas cinzas, como forma de economizar e aumentar a sua oferta para outras demandas. Com isso, o Seapac foi estudando e amadurecendo a ideia de implantar um projeto piloto de reúso de águas cinzas para a produção de frutas e alimentação animal. Em parceria com a UFRN, foi elaborado e testado um kit de

reúso, o qual foi instalado na comunidade Baixa Grande, em Lagoa Nova, envolvendo 02 famílias.

A proposta de implantação do sistema, nesta comunidade, partiu da iniciativa de um animador de campo contratado pelo Seapac, Francisco Canindé Cosme, que há tempos acompanha o processo de execução dos projetos de cisternas, em campo. O envolvimento dele nos momentos de discussão e formação das famílias, despertou o seu desejo de aplicar na prática o projeto de reúso de águas em sua comunidade.

Resultado:

- ✓ O experimento está sendo utilizado para produção de forragem e frutíferas, fortalecendo a soberania e segurança alimentar e a produção de alimentos para o rebanho ovino. Em um dia, o sistema de reúso consegue produzir 200 a 250 litros de água, que são provenientes das águas cinzas das duas residências, sendo suficientes para manter a irrigação da produção. Foram produzidos no quintal: verduras (pimentão), frutas (amora, acerola, pinha, maracujá e mamão), legumes (fava e milho) e ração para os animais (capim e palma). Após 5 meses de experiência, já foi possível a colheita do pimentão, capim e milho;



- ✓ Essa experiência está sendo bem exitosa e vem chamando a atenção de agricultores familiares de cidades circunvizinhas e de outras regiões do estado do RN.

Ainda referente à linha de convivência com o Semiárido, a instituição somou esforços no acompanhamento de Unidades Produtivas Familiares – UPFs. Foram visitadas cerca de 50 famílias, localizadas nas regiões do Seridó, Trairi e Alto-Oeste. Destas, 37 famílias foram identificadas com potencial para produção. Além disso, atuou no acompanhamento de 15 UPFs, sendo 04 em processo avançado de produção agroecológica e 09 com produção diversificada e em processo de transição agroecológica.

O acompanhamento técnico refere-se à assessoria na produção de alimentos, no manejo e controle de pragas e doenças; à orientação acerca da comercialização, buscando contribuir com a soberania e segurança da família, e até mesmo com a melhoria da renda familiar, por meio da venda do excedente da produção. Além da assessoria técnica, o SEAPAC ainda ofereceu, durante o ano, um acompanhamento na área social, orientando as famílias acerca dos direitos e benefícios sociais, identificando casos de violação de direitos e realizando

os encaminhamentos cabíveis aos programas e serviços assistenciais, ofertados pelos municípios.

Principais resultados:

- ✓ 02 famílias conseguiram produzir e comercializar 75kg de mel, totalizando R\$ 1.500,00/ano, contribuindo para complementar a renda familiar. As famílias fazem parte da UPF de Campo Redondo e Lajes Pintadas – região Trairi;
- ✓ 10 pessoas conhecendo técnicas de manejo da apicultura, por meio de formação continuada, visando ao fortalecimento das Unidades Produtivas das comunidades de Lagoa do Meio e Saco de Dentro, localizadas nos municípios de Lajes Pintadas e Campo Redondo;
- ✓ 09 famílias com produção diversificada, em processo de transição agroecológica, consumindo e comercializando o excedente na própria comunidade. As famílias estão localizadas nos municípios de Lagoa Nova, Cerro Corá, Currais Novos, São João do Sabugi e Caicó – região Seridó – onde a água está bastante escassa, o que acabou restringindo a produção e a comercialização para os mercados locais;



- ✓ 04 famílias em processo avançado de produção em transição agroecológica – produzindo e comercializando uma diversidade de produtos. A variedade vai de hortaliças, frutas, palma (para os animais), até a criação de animais de pequeno e grande portes (caprinos, ovinos, galinhas, guiné, porco e vacas).

Uma das famílias está comercializando produtos derivados - ovos, carne, leite - para o PNAE; uma delas já deixou de usar defensivos químicos em sua produção; e duas estão produzindo a palma. Estas Unidades estão localizadas na região Oeste – Patu, Messias Targino e Almino Afonso;

- ✓ A produção de hortaliças e frutas, ao redor das casas, provocou mudanças de hábitos alimentares nas famílias e as estimulou a permanecerem na terra, mesmo diante da seca;
- ✓ O êxito da Unidade Produtiva da família de dona Fátima – em Lagoa Nova – tornou-a referência para troca de saberes e experiências com outras famílias beneficiadas pelas tecnologias sociais do P1+2. O ano passado, 56 famílias de Currais Novos visitaram essa experiência, por meio de intercâmbios, e 04 famílias já iniciaram a prática produtiva em transição agroecológica, em seus quintais;
- ✓ Das 50 famílias visitadas, foram identificadas 37 com potencial para comporem as novas Unidades Produtivas Familiares, fortalecendo a agricultura familiar e ampliando as práticas de produção de base agroecológica nas regiões do Seridó, Trairi e Oeste Potiguar;
- ✓ Das 37 famílias identificadas, 29 apresentam uma diversidade de atividades como a criação de galinha caipira, ovinos, produção de hortaliças, produção de frutas, suinocultura, apicultura dentre outras atividades. Esse conjunto de Unidades Familiares está organizado em associações, contemplando 8 comunidades rurais, localizadas nos municípios de São Miguel e Encanto – na região Oeste;
- ✓ Uma Unidade Familiar com experimento de reúso de águas cinzas para produção de forragem e frutíferas, fortalecendo a soberania e segurança alimentar de 02 famílias e produzindo alimentos para o rebanho ovino. A unidade está localizada na comunidade Baixa Grande, município de Lagoa Nova;



- ✓ Disseminação da experiência do cultivo de palma forrageira de Torquato Teixeira para outra família, em Messias Targino, que começou com 3 mil raquetes e hoje já cultiva 6 mil plantas;
- ✓ Duas Unidades Produtivas conquistaram melhorias para o processo produtivo. Dona Maria José conquistou um poço tubular, pelo DNOCS, em parceria com Prefeitura de Messias Targino, ampliando a sua segurança hídrica; e Seu Torquato Teixeira acessou R\$ 15 mil reais do PRONAF, via Banco do Nordeste, e investiu na compra de bovinos, visando à produção de leite para consumo familiar e a comercialização;
- ✓ Durante as visitas às Unidades Produtivas para aplicação do diagnóstico social, a equipe identificou uma situação de negação de direitos de auxílio doença favorável ao Sr. Valmir, pela incapacidade física de trabalhar na agricultura, da qual ele adquire seu sustento. Diante disso, a equipe do Seapac elaborou um estudo social da família e o encaminhou aos órgãos de defesa de direitos do município de Currais Novos (CREAS, NASF, PSF), para que seja prestada a devida assessoria para garantia do benefício à família.

5.2 LINHA 2 – FORTALECIMENTO DE ASSOCIAÇÕES E FÓRUNS DA SOCIEDADE CIVIL:

Nesta linha de ação, durante o ano de 2016, a instituição atuou na articulação e fortalecimento de Fóruns Comunitários, que se configuram espaços de discussão e deliberação das associações de trabalhadores e trabalhadoras rurais, da agricultura familiar. São ao todo 07 Fóruns consolidados, sendo 03 na região Oeste, 03 no Trairi e 01 na região do Seridó (Caicó). Destes, 03 estão em processo de desenvolvimento (01 no Trairi e 02 no Seridó), 03 já estão criados e mantendo uma atuação autônoma (02 região Oeste e 01 no Seridó) e 01 Fórum está em processo de sensibilização (região do Trairi).



Com o acompanhamento do SEAPAC, os fóruns têm conseguido manter um espaço formado por associações bem fortalecidas e articuladas, atuando em Rede por meio de processos políticos pedagógicos e apoiando grupos de base na proposição e acesso a políticas públicas.

Principais resultados:

- ✓ 07 Fóruns municipais de associações rurais consolidados, reunindo-se periodicamente, de forma autônoma, com pauta própria, com bom nível de organização e de incidência política. Os Fóruns estão localizados nos municípios de Messias Targino, Patu e Apodi (região Oeste); Lajes, Campo Redondo e Jaçaná (Região Trairi); e Caicó (região Seridó);
 - ✓ 03 fóruns em processo de desenvolvimento – um no município de Santa Cruz (região Trairi) e dois nos municípios de Lagoa Nova e Cerro Corá (região Seridó). O fórum de Santa Cruz foi fruto da mobilização da microrregional da ASA, na região do Trairi, e está sendo acompanhado pelo Seapac, inclusive já demonstrando um bom nível de incidência política e de mobilização social;
- 
- The image shows a group of approximately 15 people, including men and women of various ages, standing in a room with white walls and a concrete floor. They are gathered around a large, rectangular yellow sign that is being held up by several individuals. The sign appears to have text on it, but it is not legible. The people are dressed in casual clothing, such as t-shirts, shorts, and tank tops. The room has some chairs and a table visible in the background.
- ✓ Os fóruns de Cerro Corá e Lagoa Nova são frutos do processo de sensibilização e formação das associações rurais, realizado pelo Seapac, por ocasião da execução do Projeto RN Sustentável, no período de 2013 a 2015. Atualmente estes fóruns vêm se reunindo periodicamente, com participação de grande parte das associações rurais, e com expressivo percentual de jovens e mulheres, sendo 37,8% no de Cerro Corá e 43% no de Lagoa Nova, ambos demonstrando interesse e bom nível de incidência política;
 - ✓ Participação de mais de 70% das associações rurais nos fóruns de Lajes Pintadas, Campo Redondo e Jaçaná;
 - ✓ Criação de 03 novos fóruns de associações rurais – nos municípios de Encanto, São Miguel (região Oeste) e Tenente Laurentino Cruz (região Seridó), com associações mobilizadas e sensibilizadas para exercerem seu papel político nesses espaços;
 - ✓ Associações rurais do município de Sítio Novo (Trairi) em processo de mobilização e sensibilização para constituição de seu fórum;
 - ✓ Fórum de Campo Redondo sendo referência na cidade e com incidência política na eleição e composição do Conselho Municipal de desenvolvimento Rural Sustentável – CMDS;

- ✓ Fórum de Jaçanã com manutenção de reuniões ordinárias e acompanhando o desenvolvimento de políticas agrícolas executadas pelo município. A expressiva incidência política do fórum contribuiu para o acesso de todas as associações na composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDS. Fruto dessa consciência cidadã e social, os membros do fórum elaboraram uma carta de reivindicações das comunidades, a qual será apresentada à nova gestão municipal;
- ✓ 05 associações, que compõem o fórum de Santa Cruz, com seus autodiagnósticos realizados, promovendo o autoconhecimento de suas deficiências e potencialidades, facilitando o planejamento de estratégias para fortalecer o potencial e superar as dificuldades;
- ✓ 136 pessoas das comunidades de Santa Cruz esclarecidas sobre seus direitos socioassistenciais, por meio das atividades formativas realizadas pelos fóruns;
- ✓ Reorganização e atualização documental de 02 associações rurais – em Lajes Pintadas e Santa Cruz, fruto do trabalho de acompanhamento aos fóruns;
- ✓ Em 2016 o Fórum do Campo de Caicó – Focampo – promoveu debate com os candidatos a prefeito para apresentação de propostas para zona rural. Após a eleição, foi realizada uma reunião com a presença do gestor municipal, eleito, que debateu com as associações as prioridades para o ano de 2017 nas comunidades rurais;
- ✓ Constituição e fundação da associação comunitária de Nova Olinda, no município de Caicó, sob a assessoria do Seapac;
- ✓ Por meio do fórum de Patu foram conquistados 07 projetos de abastecimento d'água envolvendo diversas comunidades rurais; Possibilitou a universalização do P1MC e a implementação de mais de 60 cisternas do P1+2, no município; Difusão de informações sobre as políticas públicas e as formas de acesso - PRONAF, PNAE, DAP e Programas da CONAB, aumentando as possibilidades de acesso pelos próprios agricultores familiares;



- ✓ Mesmo com dificuldades, o Fórum de Messias Targino realizou momentos de encontros entre as associações, com informações sobre políticas públicas e os meios de acesso, possibilitando a conquista de 200 vagas para os pronafianos; e a implantação de 04 subprojetos de abastecimento d'água, do Projeto RN Sustentável, iniciados em 2014, com investimento de mais de R\$ 700 mil reais;
- ✓ Por meio da mobilização e reivindicação do Fórum de Lagoa Nova, foi promovida uma audiência entre as associações e o secretário de agricultura para discutir ações demandadas pelo fórum, para o desenvolvimento das comunidades rurais, as quais foram incorporadas ao plano municipal para o ano de 2017. A visibilidade e repercussão das ações do Fórum, no município, despertou o interesse da juventude local para a sensibilização dos jovens visando à criação de um fórum municipal da juventude, sob a assessoria do Seapac;
- ✓ Incidência do Fórum de Lajes Pintadas no monitoramento das associações rurais, para garantir a regularização dos seus Estatutos Sociais, tendo em vista o acesso às políticas públicas e benefícios municipais;
- ✓ Incidência dos fóruns de Jaçanã e Lajes Pintadas no controle social da emissão das declarações de aptidão ao programa nacional de desenvolvimento da agricultura familiar (DAP/PRONAF), cujo documento é a identificação do agricultor familiar. Com esse procedimento de controle, os fóruns pretendem evitar possíveis fraudes e desrespeito aos critérios para obtenção do documento pelos agricultores;
- ✓ O fórum de Santa Cruz realizou um diálogo com a gestão municipal propondo os locais para implantação de poços de abastecimento d'água nas comunidades, cujo pleito foi acatado pela Prefeitura, respeitando a decisão do coletivo de associações rurais;
- ✓ Fórum de Lajes Pintadas reivindicou à nova gestão municipal a manutenção de funcionários que prestam assessoria técnica aos agricultores, tendo a proposta acatada pelo gestor público; o fórum realiza o monitoramento do programa Garantia Safra, para garantir que as pessoas selecionadas estejam realmente dentro dos critérios do programa e acessem seus benefícios;



- ✓ O Fórum de Tenente Laurentino promoveu um diálogo com a secretaria municipal de agricultura, em que foram apresentadas e discutidas as prioridades para o desenvolvimento das comunidades rurais. As propostas serão encaminhadas ao gestor municipal para serem incorporadas ao planejamento anual de 2017, visando orientar as ações oferecidas aos agricultores familiares, de acordo com suas necessidades.
- ✓ Por meio das atividades de acompanhamento aos fóruns de associações, foram identificadas situações de violação de direitos sociais, envolvendo famílias em condição de vulnerabilidade social, que estavam impedidas de acessarem benefícios sociais do governo federal, por falta de informações e da burocracia exigida pelos programas governamentais. O Seapac entrevistou, orientou e acompanhou as referidas famílias para que buscassem seus direitos, garantindo o acesso aos benefícios, com êxito. As três famílias fazem parte de associações que compõem o Fórum de Santa Cruz – região do Trairi.

5.3 LINHA 03 - INTERVENÇÃO DIRETA DO SEAPAC EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DEFESA DE DIREITOS:

O Seapac vem atuando em esferas públicas que tratam de temas diversificados, dentre eles a desertificação, direitos sociais e gestão de recursos hídricos. Em decorrência da sua experiência e conhecimento acumulados sobre essas temáticas, tem contribuído na construção de novos canais de articulação e negociação entre o poder público e a sociedade civil, em vista à melhoria das condições de vida humana e ambiental, mediação de conflitos e respeito aos direitos dos atores sociais mais fragilizados.



Em 2016 com o aprofundamento do conjunto de crises demandou um esforço ainda maior do Seapac para contribuir nestes espaços, tendo em vista que as ações governamentais foram diminuindo, justificadas pela ausência de recursos financeiros. E os movimentos sociais e as populações aumentaram suas lutas reivindicatórias para manutenção e ampliação de direitos. Esse quadro exigiu maior capacidade de diálogo, mediação e negociação com o Estado na perspectiva das conquistas sociais. Nesta dinâmica, o Seapac teve um papel estratégico

apoio e assessorando as organizações dos agricultores/trabalhadores em suas manifestações, resistência e luta pela garantia de seus direitos.

A atuação do SEAPAC perpassa o âmbito municipal, microrregional ou interestadual, estadual, regional e nacional. Em âmbito municipal, temos assento nos conselhos municipais de assistência social e saúde, onde é realizada uma efetiva incidência política, visando garantir as propostas mais consistentes que atendam às reais necessidades da população mais vulnerável.

A atuação microrregional e interestadual ganha ênfase com o movimento dos atingidos pela barragem das Oiticicas e o Comitê da bacia hidrográfica Piancó, Piranhas/Assú, onde o Seapac atua como assessor e mediador do movimento dos atingido/as pela Barragem e como presidente do Comitê – CBH-PPA. E em âmbito nacional, o Seapac está presente na Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA Brasil, como membro da coordenação executiva, inclusive representado a ASA como Ponto Focal da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação; e na Comissão nacional de combate à desertificação.

Abaixo, temos os **principais resultados** da incidência política do Seapac, em conjunto com outros atores sociais, nestes espaços:

a) Conselho Municipal de Assistência Social:

- ✓ aprovação de adesão do município de Caicó ao Programa Criança Feliz do Governo Federal;
- ✓ fiscalização e melhoria do funcionamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos na comunidade Palma, prestado pelo poder público.

b) Conselho Municipal de Saúde:

Em decorrência da crise do governo central, os recursos para as ações de saúde nos municípios foram reduzidas e o Conselho manteve uma incidência permanente na cobrança para efetivação das ações planejadas e deliberadas para 2016. No entanto, pouco foram concretizadas, porém, o Conselho continua atendo e acompanhando estas ações, inclusive contando com toda a experiência e conhecimento acumulados pelo Seapac, adquiridos durante seu mandato na presidência deste Conselho.



- ✓ Envolvimento, parceria e contribuição do Ministério Público e da Justiça Estadual no acompanhamento, fiscalização das ações e aplicação de recursos financeiros na área da saúde;

- ✓ Discussão, melhoria e aprovação do Plano Anual de ação de saúde do trabalhador, possibilitando um conjunto de procedimentos que dê suporte à qualidade de vida da população trabalhadora;
- ✓ Discussão e aprovação do Programa Nacional de melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica PMAQ, em que foram estabelecidos critérios para incentivo e melhoria das condições de trabalho das equipes de saúde;
- ✓ Constituição e recomposição de comissões do conselho municipal de saúde para acompanhar as ações de saúde no tocante aos hospitais, recursos humanos, meio ambiente e saúde e investimentos de infraestrutura;
- ✓ Discussão e deliberação sobre a funcionalidade do hospital do Seridó, a partir da intervenção judicial e da administração do Hospital, pela Junta Interventora, e as condições de humanização do parto, em que foi observado uma sensível melhoria no atendimento materno-infantil;
- ✓ Implantação da UTI Neonatal em Currais Novos, que passa a ser a referência materno-infantil na região do Seridó. Mesmo Caicó sendo a cidade polo do Seridó, o município não oferece condições suficientes para receber a UTI neonatal. Com isso, o Ministério Público ordenou o repasse da Unidade para o município vizinho, tendo em vista a qualidade da infraestrutura oferecida;
- ✓ Discussão e deliberação da programação anual de saúde, onde foi construído uma relação com o plano municipal de saúde e com PPA, LDO e LOA, na perspectiva de que as metas planejadas sejam cumpridas conforme a programação.

c) Conselho Estadual de Recursos Hídricos – membro efetivo:

Considerando-se o aprofundamento da crise hídrica, durante todo o ano de 2016, o conselho estabeleceu regras e diretrizes para implementação da política estadual de recursos hídricos, priorizando a gestão integrada e os instrumentos de fiscalização e fortalecimento do Instituto de Gestão das Águas do RN (IGARN), bem como o acompanhamento e monitoramento dos reservatórios.

- ✓ Fiscalização em trechos de calhas de rios, em parceria com órgão gestor federal, para garantir o que determina a Lei 9433/97, priorizando a água para consumo humano e dessedentação animal;

- ✓ Estabelecimento de resolução conjunta entre gestor federal e estadual para definição de regras e priorização de uso da água diante da criticidade hídrica no Estado;
- ✓ Implementação do processo de negociação dialogada de água, envolvendo usuários, sociedade civil e governo, na perspectiva de uma gestão participativa e democrática dos recursos hídricos;
- ✓ Concessão de licenças e outorgas para perfuração de poços priorizando o uso da água para as necessidades humanas e animal.

d) Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CEDRUS) – membro efetivo:

A principal ação do CEDRUS, em 2016, foi o processo seletivo com chamamento público com objetivo de ocupação dos 32 boxes, 50 barracas para comercialização, e uma lanchonete, que compõem a estrutura da Central de Comercialização da Agricultura Familiar e produtos da Economia Solidária. A Central é fruto de uma luta e reivindicação dos agricultores, há mais de dez anos, consolidada somente no início de 2017.

- ✓ Funcionamento da Central de Comercialização, por meio de cooperativas e associações da agricultura familiar e de economia solidária com a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar de base agroecológica e orgânica, e produtos artesanais de grupos associativos vinculados à economia solidária;
- ✓ Os segmentos da agricultura familiar e da economia solidária passaram a fazer a comercialização de seus produtos diretamente ao consumidor, eliminando a figura dos atravessadores e, com isso, melhorando sua renda, geração de trabalho e autonomia nas relações de produção e comercialização;
- ✓ Grande parcela da sociedade que tem uma formação histórica relacionada com esse segmento está visitando e realizando suas compras diretamente na Central de Comercialização, fortalecendo a dimensão cultural e histórica dos sujeitos sociais e políticos que atuam neste espaço.

e) Fóruns de articulação da sociedade civil – ASA Brasil/ASA Potiguar/ASA Microrregional - entidade-membro:

Em suas estratégias de cooperação, o Seapac utiliza-se e participa de diversos espaços coletivos, da sociedade civil, para buscar parcerias e mobilizar recursos por meio de relações entre diversas redes que se articulam em torno de propostas sinérgicas com as suas, que remetem ao desenvolvimento sustentável e à convivência como o semiárido. O Seapac, como membro da ASA Brasil, ASA Potiguar e ASA Microrregional, tem exercido influência direta nas

discussões, deliberações e decisões macro sobre a proposição, negociação e implantação de políticas públicas por meio de vínculos entre Estado e sociedade civil organizada.

Em 2016, diante da crise político-ético-institucional e do corte orçamentário profundo nas políticas públicas de convivência com o semiárido, o foco de atuação da ASA foi a defesa da manutenção da política pública de convivência com o semiárido, centrada nos programas de cisternas para captação de água para beber e produzir. Também houve luta de resistência para continuidade e fortalecimento do programa de bancos de sementes crioulas e das ações de formação e mobilização para a educação contextualizada de convivência com o semiárido.

Em 2016 praticamente não houve novas captações de recursos, apenas foram renovados e concluídos termos de cooperação com o governo federal que já vinham em negociação e execução desde 2015: programa de cisternas (P1MC, P1+2 e Cisternas nas Escolas) e o Programa de sementes. Porém, já no início de 2017, foi retomado o diálogo com o governo federal e a Fundação Banco do Brasil visando captar novos recursos para continuidade dos termos de contrato dos programas (P1Mc, P1+2, Cisternas nas Escolas e Sementes).

Nesta perspectiva a ASA elegeu como estratégia política a realização do IX Encontro Nacional da ASA (Enconasa), ocorrido no semiárido Potiguar (Mossoró-RN), no período de 21 a 25/11/16, que contou com aproximadamente 600 representantes dos dez estados que compõem a ASA e o semiárido brasileiro, cujo tema foi: Povos e territórios: resistindo e transformando o semiárido.

Este encontro teve o objetivo de fortalecer as ações de convivência com o semiárido a partir das trajetórias de luta e resistência nos territórios, como também promover a troca de conhecimentos e práticas, saberes e fazeres, contribuindo para a consolidação das relações solidárias, controle social dos programas e políticas públicas e o fortalecimento de estratégias de convivência com o semiárido. Os Encontros nacionais da ASA são as principais estratégias política da Rede, por ser as instâncias máximas de discussão e deliberação da articulação.

Outra frente de trabalho em que o Seapac vem colaborando com a ASA Brasil é na estruturação e atualização dos estatutos sociais da AP1MC (instância jurídica da ASA) para o enquadramento da entidade às normas do novo marco regulatório do Terceiro Setor.

- ✓ Queda significativa na captação de recursos públicos por parte das entidades que compõem a Rede ASA, como o SEAPAC, afetando diretamente as comunidades de base e comprometendo as atividades planejadas (ver resultado financeiro anexo);
- ✓ O coletivo da ASA Nacional e Estaduais participou de todos os fóruns e comitês (nacionais, estaduais e municipais) em defesa de direitos e da democracia para

enfrentar a crise institucional e a tentativa de golpe desejada pelas forças de mercado e do capital;

- ✓ Está em construção a adequação do estatuto da AP1MC (Associação Programa Um Milhão de Cisternas) ao novo marco Regulatório das organizações da sociedade civil, sob a assessoria jurídica do Seapac;
- ✓ Colaboração do Seapac com as organizações de base, vinculadas à REDE ASA BRASIL, desenvolvendo uma agenda de formação e capacitação dessas organizações tendo em vista as adequações de seus estatutos e demais ferramentas de gestão às exigências trazidas pela Lei 13.019/14. Em 2016 o Seapac assessorou Oficinas para organizações da Rede ASA nos Estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco e Piauí;
- ✓ Fórum Microrregional da ASA Trairi se reunindo mensalmente, com representação de 70% dos municípios da região;
- ✓ Como uma das estratégias para o fortalecimento e continuidade das ações de convivência com o semiárido brasileiro, a ASA Brasil deliberou pela concretização de uma missão à Europa com objetivo de visitar agências governamentais e não governamentais da cooperação internacional em sete países – Itália, Suíça, Áustria, Alemanha, Espanha e França, na perspectiva de difundir suas ações e mobilizar recursos humanos e financeiros;
- ✓ Retomada de negociações entre governo federal e a ASA para continuidade dos programas de convivência com o semiárido, porém com sinalização de recursos insuficientes para atender às demandas das comunidades e povos do semiárido;

Projetos negociados em 2015/2016 executados em 2016/2017:

- ✓ Termo de parceria entre AP1MC/MDS que disponibilizou 31.080 cisternas (P1MC), abrangendo 141 municípios dos nove Estados do semiárido brasileiro. O período de execução iniciou em 2016 e se estenderá até 2017;
- ✓ Conquista do Programa de sementes, em parceria com o MDS, com disponibilidade de 72 casas de sementes (com reforma ou construção), distribuídas entre os nove Estados do semiárido brasileiro, implementadas por nove organizações membros da ASA (Unidades Gestoras);
- ✓ Termo de parceria com a Fundação Banco do Brasil - financiamento de 190 tecnologias sociais do P1+2, visando ao fortalecimento do processo produtivo, envolvendo três Estados do semiárido brasileiro;

- ✓ Parceria com o MDS – disponibilidade de 268 tecnologias do P1+2, envolvendo quatro Estados do semiárido, e implementadas pelas Unidades Gestoras (UGMs) da ASA. O Seapac foi uma das Unidades Gestoras executora de 56 tecnologias que beneficiaram 56 famílias rurais do município de Currais Novos;



- ✓ Projeto de Cisternas nas Escolas, em parceria com o MDS - com disponibilidade de 1.503 cisternas para escolas rurais dos nove Estados do semiárido brasileiro. O Seapac foi uma das UGMs que executou 127 cisternas em escolas rurais do RN, no período de 2015/2016, e implementará mais 49 em 2017, fruto da parceria entre a AP1MC e o MDS, iniciada em 2015;
- ✓ Conquista de 3.198 cisternas da primeira água – para consumo humano – pela Fundação Banco do Brasil, a serem executadas em 2017, contemplando seis Estados do semiárido brasileiro, dentre eles o RN;

Resultados do IX Enconasa:

- ✓ Fortaleceu e reafirmou os programas e projetos de convivência com o semiárido desenvolvidos pela Rede ASA;
- ✓ Elaboração e publicação da Carta política da ASA aprovada pela plenária e encaminhada à sociedade e entes governamentais, que afirma a defesa de políticas de convivência com o semiárido, centrada na agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais; agroecologia e direitos; e denuncia o modelo hegemônico de produção e a postura do Estado e governo brasileiro que desrespeitam direitos conquistados e o pleno exercício da democracia (ver carta anexo);



- ✓ Possibilitou a troca de conhecimentos, práticas e saberes entre diferentes povos e comunidades tradicionais do semiárido;
- ✓ Identificou-se a disputa de modelo de produção, sendo constatada a grande inovação técnica, social e política, em curso nos territórios do semiárido, com a defesa e prática da agroecologia;
- ✓ Visibilizou o protagonismo de diferentes atores do semiárido - mulheres, juventude, quilombola, indígenas, camponeses e de guardiões de sementes, da Caatinga e da água, etc.);
- ✓ Fortaleceu a Rede de agricultore/as experimentadore/as com troca de sementes, de experiências e de comunicação entre eles.

f) Território da Cidadania – região Trairi e Seridó:

Os Territórios da Cidadania têm como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. O Seapac participa como membro efetivo nos espaços do Território da região Trairi e Seridó.

- ✓ Colegiado Territorial do Trairi reunindo-se mensalmente, com a presença de 46% dos municípios da região;
- ✓ Formação dos núcleos de guardiões de sementes do Trairi, fruto do Encontro Microrregional de Sementes, em conjunto com a AACC e o Colegiado Territorial do Trairi;
- ✓ Mapeamento das Escolas Municipais e Estaduais nas comunidades rurais da região do Trairi, em conjunto com o Colegiado Territorial do Trairi e AACC, para subsidiar o edital do P1MC, visando contemplar as escolas no programa água na escola, a ser executado na região;
- ✓ Incentivo para a inserção das temáticas de educação contextualizada no ensino infantil e médio na região do Trairi, com o objetivo de possibilitar a troca de saberes entre alunos e professores;

- ✓ Estruturação da Feira Local, com foco na comercialização socioprodutiva da agricultura familiar, com transporte, apoiada com recursos do PROINF/2014, com um investimento de R\$ 225 mil reais. O objetivo é possibilitar uma melhor qualidade de vida dos agricultores familiares a partir da inclusão socioprodutiva, com ênfase em grupos de Horteiras do município de Santa Cruz e Região do Trairi;
- ✓ Associação da feira de mulheres de Caicó – feira da diversidade do Seridó – criada, facilitando o encaminhamento do processo de compra dos equipamentos para a implantação da feira, por meio do Proinf. O Seapac presta assessoria direta ao grupo de mulheres, contribuindo na auto-organização das mulheres e na implementação da feira.

g) Comissão nacional de combate à desertificação:

Com a crise institucional e política deflagrada no país, esta comissão entrou em rota de colisão e sua dinâmica funcional foi paralisada parcialmente. E com o impeachment e a posse do governo ilegítimo, esse novo gestor decidiu politicamente pela paralisação total da comissão, tendo em vista sua atuação questionadora sobre o modelo hegemônica do agronegócio que vinha provocando processos de degradação do solo, expulsão de famílias do campo e promovendo uma agricultura baseada no agroquímico e na monocultura para exportação. O membro do Seapac, como ponto focal da ASA Brasil/sociedade civil, junto às convenções de combate à desertificação provocou por diversas vezes a retomada da comissão, particularmente para a regulamentação do Marco Legal da política nacional de combate à desertificação, porém, o governo comprometido com os representantes do agronegócio inviabilizou, até o momento, o funcionamento da Comissão.

Durante esse período, não houve uma única reunião, porém, os membros da sociedade civil estão se articulando para convocar uma reunião extraordinária, e pressionar o governo federal para retomada da funcionalidade desse importante espaço de controle social e formulação de política de combate e desertificação e enfrentamento ao modelo hegemônico de agronegócio, que desrespeita a justiça socioambiental brasileira.

h) Comitê da Bacia Hidrográfica Piancó/Piranhas/Açu:

O Seapac está na função de presidente do Comitê, no 2º ano do segundo mandato, contribuindo na construção de pactos pela gestão da água, locação negociada, fortalecimento da participação dos usuários nas instâncias decisórias do comitê, propositura de políticas públicas de infraestrutura hídrica permanente e defesa da água como bem comum da natureza, um direito do cidadão e um bem público. Também estamos preparando o processo de execução do Plano estadual e recursos hídricos da bacia hidrográfica e as providências necessárias para o alcance de suas metas.

- ✓ Conclusão e aprovação do plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica – PRH, para melhorar a gestão das água em quantidade e qualidade na bacia hidrográfica, com orçamento de R\$ 4 bilhões de reais, para o período de 20 anos;
- ✓ Negociação dialogada de água em sete(07) reservatórios da Bacia e em onze (11) barragens sucessivas do rio Espinharas, resultando na criação de comissões gestoras para se amenizar os conflitos pelo uso d'água e envolver os usuários na gestão participativa e democrática da água, e fortalecer as organizações dos usuários de água dentro do Comitê;
- ✓ Diante da crise hídrica, foram adotadas resoluções compartilhadas do sistema de gerenciamento de recursos hídricos para a gestão dos corpos de água na bacia, priorizando o uso humano e a dessedentação animal, e definindo regras de uso de água para irrigação controlada;
- ✓ Garantia do abastecimento de água para 100 mil pessoas no RN, nas cidades de Caicó, Jardim de Piranhas, Timbaúba dos Batistas e São Fernando, por meio da manutenção do serviço da estação de bombeamento da CAERN, possibilitando a captação pelo sistema de bombas;
- ✓ Em decorrência da escassez de água causada pela seca, foi realizada a adequação no sistema de comporta do açude de Mãe d'água para perenização do rio Aguiar e sua conexão com rio Piancó/Piranhas, para garantir o abastecimento humano de 400 mil pessoas em 26 municípios da PB e 04 no RN;
- ✓ Limpeza emergencial dos rios Aguiar, Piancó e Piranhas para definição de calha central reduzindo a infiltração e evaporação, possibilitando menor perda de água no percurso de 110 km de rio. Foi uma ação articulada com outros órgãos, em que houve fiscalização intensa junto aos irrigantes, com aplicação de advertência, multas e apreensão de 80 bombas, priorizando o abastecimento humano;



- ✓ Capacitação de Irrigantes em técnicas de eficiência nos sistemas de irrigação, utilizados por agricultores na Bacia, visando à redução do desperdício de água e à modernização do modelo de irrigação;
- ✓ Cadastramento de usuários de água para o direito de outorgas de uso, evitando multas e procedimentos civis e criminais, em parceria do Comitê com o IGARN, em acordo com a nova legislação, aprovada no Estado do RN. A lei estabelece prazos e aplicação de multas e outras penalidades para os usuários de água que não estiverem regularizados com outorgados para o uso desse bem;
- ✓ Para atender melhor aos usuários, o comitê fez um acordo com o IGARN para que houvesse atendimento itinerante aos usuários, a fim de prestar esclarecimento e orientações para se adequarem às novas regras de outorga de uso. Foram realizadas 03 atividades em 2016, as quais prosseguirão em 2017;

- ✓ Instalação de um escritório técnico em Caicó, com 12 profissionais, durante 3 anos, para monitorar e realizar a gestão da implementação do plano de recursos hídricos da bacia, bem como gerenciar e medir os níveis e vazões de água dos reservatórios. Além disso,



será estratégico na identificação dos usos reais de água e cadastramento dos irrigantes, para definir a cobrança de acordo com os usos. Para os irrigantes de usos insignificantes de água, não haverá cobrança; já para os grandes irrigantes, haverá um custo pelo uso do bem;

- ✓ Os debates sobre a crise hídrica, coordenados pelo Comitê, contribuíram para a inserção do projeto da adutora da Serra de Santana no Plano emergencial do governo do Estado, resultando na construção da adutora e garantindo água para a população de 04 municípios do Seridó. Com essa adutora, mesmo que emergencial, será possível reduzir a vazão e aumentar a garantia de água para o estado da PB, pelo açude Curemas/Mãe D'água;
- ✓ Estudo de Implementação de Reúso de Água em 03 municípios da Bacia Hidrográfica (Jucurutu, Serra Negra do Norte e São Fernando), conforme propõe o Plano de Recursos Hídricos-PRH, em parceria com o INSA/ANA. Essa primeira ação de reúso será um piloto

para produção de alimentos animais. A perspectiva é adotar o reúso, também, para produção de alimentos para consumo humano;

- ✓ Disponibilidade de 6,5 milhões da ANA para SEMARH elaborar o estudo do sistema adutor do Seridó, a partir da barragem de Oiticica e do PISF, conforme estabelecido no PRH;
- ✓ Garantia de água para o abastecimento das populações em 26 cidades da PB e 04 do RN beneficiando aproximadamente 400 mil pessoas, a partir do modelo de gestão de recursos hídricos implementado pelo Comitê e os órgãos gestores;
- ✓ Expressão nacional do Comitê da bacia em decorrência de sua presença junto aos usuários, sociedade civil e órgãos públicos na gestão da crise hídrica da bacia hidrográfica do Piancó Piranhas/Assú.

i) Movimento dos atingidos pelas águas da barragem Oiticica – região Seridó:

O Seapac tem apoiado e participado das negociações e mediação dos conflitos decorrentes da construção da barragem Oiticica, que beneficiará diretamente meio milhão de potiguares. Em 2016 manteve de forma sistemática e permanente o apoio e assessoria presencial ao movimento dos atingido/as, na defesa dos direitos sociais, culturais, ambientais e econômicos dos agricultores dos municípios de Jucurutu, São Fernando e Jardim de Piranhas, e moradores da comunidade Barra de Santana.



Essas populações terão suas terras, residências, bem materiais e imateriais submergidos pelas águas da futura barragem. Isto significa que 11 mil hectares serão cobertos com as águas, implicando a retirada de 4 mil pessoas para outros espaços geopolíticos. Ressalta-se que este projeto atenderá 17 municípios das regiões Central, Seridó e Vale do Açu. A obra está sendo construída sobre o rio Piranhas-Açu, entre os municípios de Caicó e Jucurutu. O novo orçamento, reajustado, está avaliado em 415 milhões de reais, e prevê a construção da obra física da barragem, indenizações rurais e urbanas, construção da nova comunidade Barra de Santana, com 230 moradias e equipamentos comunitários e públicos.

O reservatório terá capacidade de armazenar 556 milhões de metros cúbicos de água, possibilitando o abastecimento para mais de 2 milhões de pessoas, e irrigação para atender até 6 mil ha para agricultura familiar, de base agroecológica. Além disso, promoverá a segurança hídrica com uma rede de adutoras interligando 17 municípios.

- ✓ Estabelecimento de acordo extrajudicial entre governo do estado e movimento dos atingidos pela barragem, definindo prazos, metas e recursos para as obras sociais e físicas da barragem. Fruto das lutas e do acordo, deu-se início a: construção de 40 moradias, para as famílias que moram de aluguel na atual Barra de Santana; construção do cemitério e das 04 agrovilas para atender 105 famílias de agricultores sem-terra, em Jucurutu, São Fernando e Jardim de Piranhas;
- ✓ As agrovilas terão produção orgânica em transição agroecológica, com diversidade de produção vegetal e animal, biodigestor, energia solar, aproveitamento de água de chuva, irrigação localizada, levando-se em consideração a questão de gênero, geração (sucessão rural);
- ✓ Início das negociações para desapropriação dos imóveis (terrenos e casas) na atual barra de Santana, onde reside em torno de 225 famílias e todas que possuem casas e/ou terrenos serão indenizadas e/ou farão permutadas por uma nova casa na nova barra de Santana;
- ✓ Conclusão do projeto executivo da nova Barra de Santana e dinâmica operacional do processo de terraplenagem e drenagem da área onde serão construídas as casas, equipamentos comunitários e prédios comerciais. Após 3 anos de luta e cobrança ao poder público, serão construídas em torno de 230 moradias e todos os equipamentos sociais e públicos hoje existentes na atual comunidade;
- ✓ Maior agilidade no pagamento das indenizações rurais chegando a ser pagas a 90% dos proprietários, e sendo depositados judicialmente em torno de 28 milhões de reais, em decorrência da pressão do movimento, agilidade do Juiz e procurador do estado e da priorização do próprio governo estadual;



- ✓ Valorização e reconhecimento do papel do SEAPAC como serviço da igreja católica na assessoria das conquistas dos atingidos pela construção da barragem da Oiticica, pelas famílias e sociedade.

5.4 LINHA 04 – SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL:

Nesta linha, o SEAPAC fortalece sua sustentabilidade política e financeira através da ampliação de sua visibilidade pública e o estabelecimento de parcerias e alianças estratégicas.

Durante o período a instituição participou de chamamentos públicos, e trabalhou na elaboração de dois projetos, sendo um voltado para implementação de tecnologias sociais, e um outro voltado para promoção de direitos sociais de pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica. Além disso, o núcleo de Caicó, tem participado do planejamento e elaboração de um projeto a ser executado inicialmente em Caicó e Natal, que visa ao acompanhamento sociojurídico de famílias em situação de risco social e com direitos violados. O projeto encontra-se em fase de conclusão com previsão de início para o ano de 2017.



Ainda na linha de sustentabilidade institucional, a equipe participou durante o ano de várias reuniões para planejamento, replanejamento, monitoramento, avaliação e sistematização das ações, assim como de capacitações, como o Encontro Nacional da ASA – ENCONASA.

Principais resultados:

- ✓ Construção do Plano de Captação de recursos do Seapac;
- ✓ Elaboração e publicação do edital para contratação de um profissional para o setor de mobilização de recursos do Seapac;
- ✓ Edição e publicação do relatório de atividades e financeiro (revista Landuá) referente ao triênio 2013-2015, contribuindo para dar maior publicização e transparência à gestão e às ações promovidas pelo Seapac. As revistas estão sendo distribuídas aos grupos

beneficiários, parceiros e outras organizações públicas e privadas, e está disponível no site institucional: seapac.org.br;

- ✓ Elaboração e consolidação de ferramentas para aprimoramento das práticas de registro, diagnósticos, planejamento, monitoramento e avaliação, realizados pela equipe do Seapac, com participação dos Grupos. As rotinas de atividades para o exercício de PMAS têm facilitado a verificação de efeitos, de fragilidades e potencialidades, tanto relacionados às ações realizadas, quanto à situação dos beneficiários, possibilitando o ajuste imediato de estratégias, metodologias, planejamento e de ações que forem necessárias. Além disso, cria-se um ambiente de harmonia, corresponsabilidade e troca de saberes entre a equipe, e fortalece as relações de confiança e proximidade com os Grupos beneficiários;



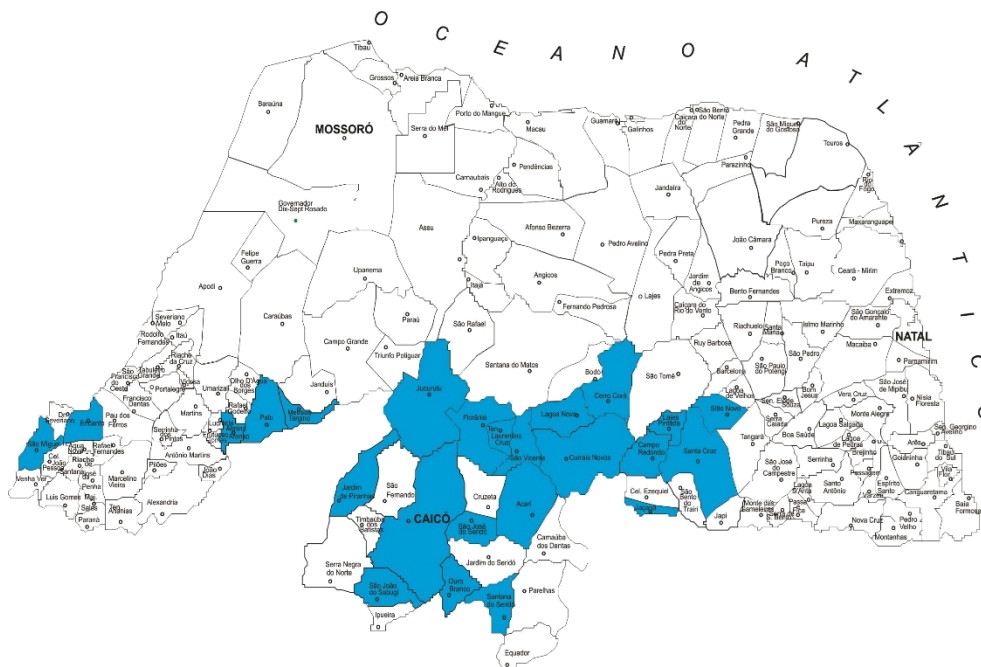
- ✓ Participação da equipe em cursos e oficinas relacionadas às temáticas de: reúso de água; mercados; incidência política; assistência social; elaboração de indicadores sociais; e elaboração e análise de editais de chamamentos públicos, com base no novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil;
- ✓ Mobilização de recursos, por meio de chamada pública, possibilitando o Termo de parceria com a AP1MC/MDS, no valor de R\$ 623.686,00 (seiscentos e vinte e três mil e seiscentos e oitenta e seis reais), com o objetivo de implementar 44 cisternas em escolas rurais. O projeto foi executado no período de agosto/16 a fevereiro de 2017;
- ✓ Aditivo do programa P1+2 – tecnologias sociais para produção – no valor de R\$ 667.921,08 – AP1MC/MDS - 56 tecnologias em Currais Novos – 26 calçadão, 21 enxurrada e 09 barreiros trincheira;
- ✓ Está em fase de discussão uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Campus de Caicó, a fim de viabilizar estagiários do curso de Direito para atuarem no atendimento jurídico nos casos de violação de direitos das populações mais vulneráveis, fortalecendo a proposta de trabalho do Seapac por meio do Projeto “Leigos para a Promoção da Justiça e da Paz”, no Seridó;

- ✓ Elaboração de duas propostas de projetos, sendo uma voltada para a implementação de tecnologias sociais, em parceria com a Conferência Episcopal Italiana (CEI), e outra para a promoção dos direitos sociais de populações em situação de vulnerabilidade social e econômica, via Adveniat. Ambas totalizam R\$ 738.966,00 (setecentos e trinta e oito mil e novecentos e sessenta e seis reais);
- ✓ Em fase de elaboração um projeto de reúso de águas cinzas, a ser financiado pelo IAF, para o período de 3 anos.

6. PÚBLICO ALVO/CAPACIDADE DE ATENDIMENTO:

O público alvo atendido pelo SEAPAC está voltado preferencialmente para agricultores familiares; Redes de organizações da sociedade civil (Fóruns, Conselhos, Comitês); movimentos populares e Associações rurais. Quanto à capacidade de atendimento, durante o ano de 2016, a instituição conseguiu atender cerca de 6.013 pessoas, que estiveram envolvidas em reuniões, conferências, cursos, intercâmbios, oficinas, visitas, audiências públicas, seminários e assembleias.

7. NOSSA PRESENÇA EM 2016:



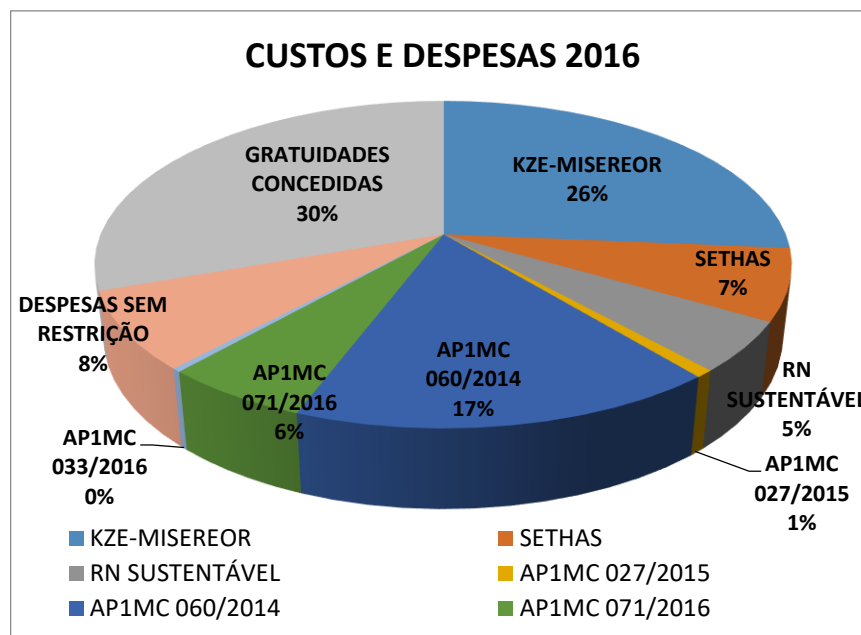
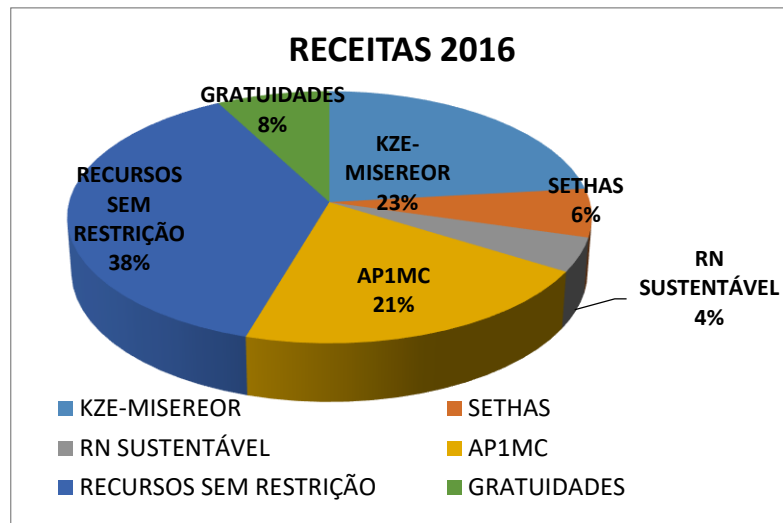
8. RECURSOS FINANCEIROS UTILIZADOS:

Os recursos mobilizados são advindos de parcerias públicas e privadas, tanto nacionais quanto internacionais, os quais são empenhados na execução de suas das atividades fins, realizadas nos três núcleos de atuação: Seridó, Trairi e Alto-Oeste, e na manutenção de suas estruturas funcionais.

Durante o ano a instituição contou com recursos referentes aos projetos de cisternas, por meio de contratos com a SETHAS e AP1MC/MDS; como também do projeto trienal, fruto da cooperação com a KZE-MISEREOR; além de recursos próprios advindos de doações e superávit dos exercícios anteriores. Segue abaixo tabela descritiva dos recursos captados, origens e os respectivos valores despendidos com as despesas operacionais:

RECEITA OPERACIONAL		
ORIGEM DOS RECURSOS	VALOR	%
KZE-MISEREOR	862.672,28	23%
SETHAS	230.206,94	6%
RN SUSTENTÁVEL	161.565,74	4%
AP1MC	771.783,05	21%
RECURSOS SEM RESTRIÇÃO	1.395.294,47	38%
GRATUIDADES	290.480,32	8%
TOTAL RECEITAS	3.712.002,80	100%
DESPESAS OPERACIONAIS		
FONTE	VALOR (R\$)	%
KZE-MISEREOR	862.672,28	26%
SETHAS	230.206,94	7%
RN SUSTENTÁVEL	161.565,74	5%
AP1MC 027/2015	23.681,84	1%
AP1MC 060/2014	547.570,17	17%
AP1MC 071/2016	189.642,90	6%
AP1MC 033/2016	10.888,14	0%
DESPESAS SEM RESTRIÇÃO	250.898,83	8%
GRATUIDADES CONCEDIDAS	996.945,59	30%
TOTAL CUSTOS/DESPESAS	3.274.072,43	
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	437.930,37	

GRÁFICOS DEMONSTRATIVOS: RECEITAS/DESPESAS



9. FORMA DE PARTICIPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS/USUÁRIOS:

Todo o processo de execução dos programas e projetos tem como princípio a metodologia participativa, para assegurar o envolvimento efetivo dos seus beneficiários, por meio dos seguintes mecanismos:

- Encontros municipais e microrregionais para apresentação da proposta de trabalho, metodologia, objetivos e recursos financeiros para execução de projetos e ações;

- Oficinas participativas para elaboração de diagnósticos, visando ao reconhecimento prévio da realidade social, organizacional, produtiva, ambiental e econômica dos grupos;
- Reuniões microrregionais e municipais com participação dos beneficiários diretos e indiretos para mobilização, seleção e cadastramento de famílias beneficiadas;
- Constituição de Comissões municipais, formada por lideranças locais, para planejamento, acompanhamento e fiscalização das ações do programa de convivência com o semiárido;
- Reuniões e Oficinas para monitoramento e avaliação das ações, programas e projetos, envolvendo os beneficiários diretos;
- Aplicação de questionários junto aos beneficiários para avaliar e monitorar as ações realizadas, culminando com um encontro envolvendo todos os participantes para socialização do resultado do processo de monitoramento e avaliação;
- Encontros microrregionais de avaliação das ações realizadas durante o ano e planejamento de atividades para o ano seguinte;
- Assembleia anual para prestação de contas das atividades físicas e financeiras, envolvendo parceiros, associados e beneficiários das ações realizadas pelo Seapac.

10. PARCERIAS:

Para a consecução de suas atividades, o Seapac constrói parcerias com órgãos da esfera pública federal, estadual e municipal, com entidades privadas nacionais e internacionais, por meio de contratos financeiros, técnico, político, científico e logístico para o fortalecimento e desenvolvimento de projetos e programas que beneficiem o público de suas ações (***ver os financiadores e valores no quadro descritivo das atividades – item 2***), tais como:

- Rede ASA Brasil (AP1MC – Associação Programa Um Milhão de Cisternas – MDS);
- Secretaria de Estado, Trabalho, Habitação e Assistência Social – SETHAS/RN
- Secretaria Estadual de Planejamento – SEPLAN/RN
- KZE-Misereor – Alemanha
- Prefeituras
- Sebrae
- Emater
- Universidades
- Sindicatos
- Igrejas
- Associações rurais
- Ministério Público
- Territórios da Cidadania

- Redes de organizações da sociedade civil (Asa Potiguar, Fóruns de Associações, Fórum de Economia Solidária, Conselhos, Movimentos populares, Associações rurais).

Natal-RN, maio de 2017

Francisco das Chagas T. de Araújo
Coordenador do Seapac
CPF nº 297.424.714-87